



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

PAULO RENATO DE SOUZA RAYMUNDO FILHO

**A NOÇÃO PRAGMÁTICA DE VERDADE NA FILOSOFIA DE
WILLIAM JAMES.**

SEROPÉDICA – RJ

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PAULO RENATO DE SOUZA RAYMUNDO FILHO

**A NOÇÃO PRAGMÁTICA DE VERDADE NA FILOSOFIA DE
WILLIAM JAMES.**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção de título de graduação em Filosofia
apresentada à Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro – UFRRJ.

Orientador: Prof. Robinson Guitarrari

SEROPÉDICA – RJ

2023

RESUMO

Motivado pela crença de que a força vital da filosofia depende de sua sintonia com os sentimentos, necessidades e preocupações das pessoas comuns, este trabalho serve ao objetivo maior de promover uma (re)aproximação entre o tratamento de conceitos teóricos da filosofia e os conceitos do senso comum. A esse objetivo subjazem as seguintes crenças: a de que as ideias que compõem o senso comum, continuamente postas a prova pela humanidade ao longo do tempo, só sobrevivem porque possuem uma alta capacidade de descrever e explicar o mundo e um alto valor prático para a vida humana; e a de que toda ideia filosófica deve ser posta a prova dessa mesma maneira. A noção de verdade, que será objeto deste trabalho, é sem dúvidas imprescindível para a humanidade. No entanto, quando é tratada filosoficamente como algo totalmente separado do ser humano, perde-se de vista o valor prático que a torna imprescindível pela perspectiva do senso comum. Por outro lado, quando é apresentada como algo totalmente interno ao ser humano, essa noção perde a propriedade de falar do mundo, tornando-se estéril para as necessidades e preocupações das pessoas comuns. Diante desse cenário, a concepção de verdade proposta por William James em sua obra *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking* (1907) e posteriormente defendida em seu compilado de artigos *The meaning of truth* (1909) aparece como uma tentativa filosófica de capturar o que de valioso a noção de verdade possui para o ser humano. O presente trabalho consistirá em realizar uma reconstrução da apresentação da concepção de James, na qual são investigados os pressupostos filosóficos em que ela se baseia, os problemas e demandas que ela soluciona/atende, bem como os problemas que ela adquire em comparação com uma teoria correspondencial tradicional da verdade.

Palavras-chave: Epistemologia; Verdade; Pragmatismo; William James.

ABSTRACT

Motivated by the belief that the vital force of philosophy depends on its attunement to the feelings, needs and concerns of ordinary people, this work serves the greater goal of promoting a conciliation between the theoretical approach to concepts in philosophy and the concepts of common sense. The following beliefs underlie this objective: that the ideas that make up common sense, continually put to the test by humanity over time, only survive because they have a high capacity to describe and explain the world and a high practical value to the human life; and that every philosophical idea must be put to the test in this same way. The notion of truth, which will be the object of this essay, is undoubtedly essential for humanity. However, when it is philosophically approached as something totally separate from the human being, the practical value that makes it essential from the perspective of common sense is lost. On the other hand, when it is presented as something totally internal to the human being, this notion loses the ability to speak about the world, becoming sterile for the needs and concerns of ordinary people. Given this scenario, the conception of truth proposed by William James in his work *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking* (1907) and later defended in his compilation of articles *The meaning of truth* (1909) appears as a philosophical attempt to capture what is valuable about the notion of truth for human beings. The present essay will consist of carrying out a reconstruction of the presentation of James's conception, in which the philosophical assumptions it is based on are investigated, as well as the problems and demands that it solves/meets and the problems it acquires compared to a traditional correspondence theory of truth.

Keywords: Epistemology; Truth; Pragmatism; William James.

SUMÁRIO

Introdução	6
1. Capítulo 1 – O pragmatismo de James	10
1.1 - O dilema de James.....	11
1.2 - O método pragmático como solução do dilema.....	13
2. Capítulo 2 – A noção de verdade de James	16
2.1 – Reconstrução da noção de James.....	17
2.2 – Vantagens atribuídas por James à noção pragmatista	19
3. Capítulo 3 – Desdobramentos da noção de verdade de James.....	22
3.1 – Interpretações de Putnam, Rorty e Kitcher.	22
3.2 – Réplicas de James a críticos.	24
4. Considerações finais	28
5. Referências.....	30

Introdução

Parece razoável pensar que até os registros mais simples e cotidianos da linguagem comportam reflexões filosóficas de grande profundidade. Mesmo sem pressupor a existência de teóricos ou especialistas em filosofia, é possível conceber que problemas filosóficos, assim como posicionamentos filosóficos sobre esses problemas, se tornem objeto do pensamento humano. Ainda que um filósofo em particular possa formular problemas e posicionamentos filosóficos de uma maneira única, não há como deixar de levar em conta o quanto vivências, valores e interesses coletivos permeiam sua formulação. A filosofia, assim compreendida, poderia ser vista não apenas como uma invenção, mas como uma consequência da necessidade humana de descrever, explicar e se relacionar com o mundo à sua volta de um modo que satisfaça suas demandas e seus interesses.

Essa visão a respeito da relação entre a filosofia e o homem parece constituir um aspecto central do pensamento de William James. De fato, sua primeira conferência apresentada e publicada em sua obra *Pragmatism: a New Name for some Old Ways of Thinking* joga luz sobre um cenário em que filósofos profissionais parecem negligenciar as raízes das preocupações filosóficas. Nela, James expõe um estado de dissociação entre as ideias das pessoas comuns e os empreendimentos filosóficos cada vez mais abstratos e inacessíveis conduzidos por especialistas, orientados pela crença de que o escopo da filosofia se restringe a níveis de realidade mais elevados que o nível da experiência humana ordinária. James considera que o resultado desses empreendimentos é uma filosofia que não contempla o mundo que o homem acessa pela experiência, mas “é outra coisa por completo, um substituto para ele, um remédio, uma forma de escape” (JAMES, 1907, p. 22).

Na conferência seguinte, James alça sua filosofia do pragmatismo como aquela capaz de manter a abstração filosófica conectada à experiência, aos interesses e à vida prática do homem comum. O pragmatista seria entendido como aquele que “se volta para a concretude e adequação, para os fatos, para a ação e para o poder. [...] Isso significa o ar livre e as possibilidades da natureza, em oposição ao dogma, a artificialidade e a pretensão de finalidade na verdade” (JAMES, 1907, p. 51).

Uma vez que a filosofia em geral tem a verdade como objetivo, o modo como se concebe a verdade é determinante para definir os rumos a serem tomados pela filosofia. Assim, o tratamento filosófico tradicionalmente conferido à verdade, como algo apartado do senso comum, pode ser entendido como um elemento decisivo para o distanciamento entre filosofia

e senso comum, pois, se a verdade é compreendida como algo alheio ao senso comum e acessível apenas por abstrações filosóficas altamente elevadas, é natural que os filósofos desejem distanciar cada vez mais o registro de seu discurso do registro do senso comum.

A noção que resulta desse processo tradicionalmente empreendido é a de uma verdade “ativa, refinada, remota, augusta, elevada. [...] uma absoluta correspondência de nossos pensamentos com uma realidade igualmente absoluta” (JAMES, 1907, p. 67). Tal noção, por se referir a uma realidade inacessível, não possibilitaria ao indivíduo identificar quando essa relação de correspondência ocorre. Desse modo, ela não lhe proporcionaria segurança sobre a verdade de suas crenças sobre o mundo, e nem sobre a sua capacidade de acessar ou descrever essa realidade absoluta por meio da linguagem.

Em sua sexta conferência do *Pragmatism*, James tenta resgatar o significado que a noção de verdade tem segundo o senso comum, ressaltando que “a posse de pensamentos verdadeiros significa em todo lugar a posse de instrumentos inestimáveis de ação”¹ (JAMES, 1907, p. 202). A demanda humana de falar verdadeiramente sobre o mundo se basearia na noção de que “A posse da verdade, longe de ser aqui um fim em si mesmo, é apenas um meio preliminar para outras satisfações vitais” (JAMES, 1907, p. 203).

Com isso, fica evidente a incompatibilidade entre aquela noção refinada de verdade, que trata a aquisição da verdade como um fim em si mesmo, e as necessidades que de fato levam o ser humano a prezar pela posse de crenças verdadeiras. Tal noção, alheia à satisfação dessas necessidades, favoreceria um cenário de completa insegurança do indivíduo sobre suas crenças, no qual o mais razoável a se fazer seria adotar a posição cética de que nunca estamos justificados a afirmar a verdade de qualquer crença. Por outro lado, essa alienação também poderia gerar uma confiança dogmática no veredito de especialistas ou outras figuras de autoridade, baseada na suposição de que eles seriam os únicos capazes de distinguir o falso e o verdadeiro, e, portanto, constituiriam as únicas e inquestionáveis fontes de crenças verdadeiras.

James entende que esse estado de coisas se opõe a algo fundamental à filosofia. Para ele, o aspecto mais valioso da filosofia consiste na expressão da visão de mundo particular de cada indivíduo, isto é, “a nossa maneira individual de ver e sentir a carga total e pressão do cosmos” (JAMES, 1907, p. 4). Assim, aquilo que é mais importante para a filosofia se perde quando a verdade de determinado sistema filosófico é assumida com base apenas em uma suposição de autoridade, a saber, na suposição de que há mentes privilegiadas mais aptas a

¹ James usa frequentemente as expressões “pensamento verdadeiro” (*true thought*) e “ideias verdadeiras” (*true ideas*). Seu entendimento do quais sejam os portadores de verdade é um tanto vago. “Ideia” e “pensamento” em sua acepção parecem abarcar tanto crenças quanto conceitos.

conhecer a verdade sobre o mundo do que as pessoas comuns.

Junto com Philip Kitcher,² considero que James se vincula ao realismo do senso comum. Em vez de tratar a percepção humana em termos de impressões, que intermediariam o contato do sujeito com o mundo externo, James entende que o mundo externo é diretamente percebido pelo sujeito. Com isso, seria justificável considerar que as formas mais bem sucedidas de representar essa realidade são de fato verdadeiras. Kitcher ressaltará que o sucesso demonstrado por essas representações não se resume a um sucesso cultural, mas constitui um “sucesso em se ajustar ao mundo”, o qual “consiste em atingir metas que eram anteriormente irrealizáveis” (KITCHER, 2012, p. 135).

Diante de tudo isso, permanece o problema: como conceber uma noção de verdade que capture o valor que a verdade tem para a vida humana, de modo a promover uma (re)aproximação entre filosofia e senso comum? Uma noção que, por exemplo, nos permita compreender o que está em jogo quando uma testemunha em um julgamento jura dizer somente a verdade. Não parece razoável inferir desse juramento que a testemunha garante uma correspondência absoluta entre seu depoimento e uma realidade absoluta. Um juiz estaria em maus lençóis se tivesse que avaliar a verdade de depoimentos nesses termos.

Esse problema motivou William James a apresentar sua concepção de verdade nas conferências publicadas sob o título *Pragmatism* e defendê-la na coletânea de artigos *The Meaning of Truth*. Contudo, há vários entendimentos sobre o que James propôs, considerando tanto os seus próprios pronunciamentos como algumas possíveis consequências deles. Russell, em “William James’s conception of truth”,³ considera que a concepção de verdade de James leva ao irracionalismo. Rorty, em seu livro *Objectivity, relativism, and truth*,⁴ a toma em seu uso antirrealista, como negação da ideia de correspondência com a realidade. Putnam, em “James’ theory of truth”,⁵ considera que a visão de James deve ser reconstruída considerando, dentre outros pontos, a sua concepção empirista. Kitcher, em “Pragmatism and realism”,⁶ vincula a concepção de James à definição de verdade como correspondência entre linguagem e mundo para argumentar em favor da sua compatibilidade com uma posição realista sobre teorias científicas.

Essa divergência interpretativa nos impõe um exame, análise e reconstrução sobre como James articula a sua concepção de verdade, a partir dos livros *Pragmatism* e *The Meaning of*

² Cf. KITCHER, 2012, p. 132.

³ Cf. RUSSELL, 1910, p. 127-149.

⁴ Cf. RORTY, 1991, p. 22.

⁵ Cf. PUTNAM, 1997, p. 166-185.

⁶ Cf. KITCHER, 2012, p. 128-144.

Truth, que tratam diretamente do assunto. No capítulo 1 deste trabalho, são inicialmente apresentadas as acepções de “pragmatismo” do autor, bem como sua conexão com o problema apresentado nesta introdução, isto é, “como aproximar a filosofia do senso comum?”. No capítulo 2, é realizada uma reconstrução da apresentação da concepção de James, na qual são investigados os pressupostos filosóficos em que ela se baseia e os problemas e demandas que ela soluciona/atende. No capítulo 3, são analisadas algumas possibilidades de interpretação à luz de posicionamentos de James em *The meaning of truth* sobre críticas recebidas pelo *Pragmatism*.

Todas as citações são de tradução minha. Todos os grifos em citações diretas são do autor.

Capítulo 1 – O pragmatismo de James

Quando se deseja caracterizar e justificar apropriadamente uma nova concepção filosófica, é importante deixar claro quais problemas filosóficos ela resolve. Em se tratando de um cenário em que já existem concepções concorrentes estabelecidas, é preciso mostrar como a nova concepção está mais apta a resolver aqueles problemas do que as concepções previamente existentes. É desse modo que James procede em sua primeira conferência de *Pragmatism*.

A frase de G. K. Chesterton escolhida para abrir o seu ciclo de conferências joga luz sobre a mais importante crença de fundo que moveu James em toda a elaboração de sua concepção pragmatista. Toda a sua proposta filosófica se apoia na tese de que “a coisa mais prática e importante sobre um homem ainda é sua visão do universo” (JAMES, 1907, p. 3). A filosofia que mais importa para James é a filosofia de cada homem, a qual expressa o sentimento de cada indivíduo sobre o caráter geral do universo e no sentido que cada um atribui à vida.⁷ Por isso, o que James almeja é uma concepção filosófica que, em vez de aspirar aniquilar a pluralidade de visões de mundo que os homens possuem, seja capaz de preservá-la.

Algo que irá distinguir esses dois tipos de concepções é a explicação dada ao fato de cada indivíduo ter uma filosofia pessoal, baseada em uma visão particular sobre o mundo. Se a variedade de filosofias é explicada meramente por uma diferença no acesso a evidências e no nível de instrução de cada um, seria razoável esperar que, à medida que os homens se aproximassem em nível de instrução e compartilhassem as mesmas evidências, predominaria um consenso. Assim, a pluralidade de filosofias seria vista como algo a ser superado.

James considera essa explicação insuficiente. Para ele, as divergências filosóficas se explicam em grande medida por diferenças em valores subjetivos, descritas como um “conflito de temperamentos humanos”.⁸ Porém, tal conflito permaneceria como algo tácito no debate filosófico, dada a pretensão dos filósofos de alicerçar suas crenças em valores objetivos:

[...] Qualquer que seja o temperamento de um filósofo profissional, ele tenta, ao filosofar, suprimir o fato de seu temperamento. [...] Não obstante, seu temperamento lhe dá um viés mais forte que quaisquer de suas premissas estritamente objetivas. Ele carrega a evidência para um lado ou para o outro, levando a uma visão mais sentimental ou mais insensível do universo, assim como este fato ou aquele princípio o faria (JAMES, 1907, p. 7).

⁷ Cf. JAMES, 1907, p. 4.

⁸ Cf. JAMES, 1907, p. 6.

Uma vez que, segundo James, a subjetividade do temperamento humano está na raiz de cada visão de mundo, será de suma importância para ele que esse fator não permaneça oculto, nem seja tratado como um obstáculo a ser vencido. De fato, James defende que é legítimo que cada indivíduo adote os posicionamentos filosóficos que melhor se adequam a seu temperamento e sua visão de mundo:

[...] a coisa que contou até agora na filosofia é que um homem deve ver as coisas, vê-las diretamente em sua própria maneira peculiar de ver, e não se satisfazer com qualquer modo contrário de vê-las. Não há razão para supor que essa forte visão temperamental vá de agora em diante deixar de contar na história das crenças humanas (JAMES, 1907, p. 8-9).

Aqui fica evidente a oposição de James a qualquer tipo de elitismo na filosofia. Para ele (JAMES, 1907, p. 38), não é o filósofo especialista quem determina os rumos da filosofia. Não é a mente do homem comum que deve se adaptar às ideias propostas pelos filósofos. Pelo contrário, é o filósofo que deve levar em conta os sentimentos que compõem o temperamento do homem comum, pois “será por eles que todas as nossas filosofias serão finalmente julgadas. A maneira finalmente vitoriosa de olhar as coisas será a maneira mais completamente impressionante para o fluxo normal das mentes” (JAMES, 1907, p. 38).

Esses apontamentos colocam James na direção de uma filosofia concebida para atender às demandas manifestas pelo homem comum no desenvolvimento de sua visão de mundo. Mas, antes de apresentar sua proposta filosófica, James se ocupa com a caracterização do problema em jogo, mostrando de que modo concepções filosóficas já estabelecidas falham em levar em conta o temperamento humano.

A situação-problema reconhecida por James se apresenta como um dilema, envolvendo aqueles que buscam nas ideias de filósofos uma base segura para a sua visão de mundo.

1.1 - O dilema de James

Os dois lados do que James apresenta como “o atual dilema em filosofia”⁹ são duas correntes filosóficas, associadas a dois tipos de temperamento conflitantes. A primeira é o

⁹ Cf. JAMES, 1907, p. 9.

empirismo, associado ao “amor pelos fatos”. A outra é o racionalismo, associado ao “amor por princípios eternos e abstratos”. A respeito desse contraste de temperamentos, James ressalta que “ninguém consegue viver uma hora sem fatos e princípios, então trata-se de uma diferença de ênfase; contudo ela gera antipatias do mais pungente caráter entre os que colocam a ênfase de modo diferente”.¹⁰ Assim, o empirista é aquele para quem os fatos e o mundo concreto têm um peso maior na formação de sua filosofia, enquanto o racionalista é aquele que prioriza princípios universais.

O sujeito do dilema é o que James chama de “atleta amador” em filosofia, em oposição aos leigos e aos filósofos profissionais.¹¹ Esse amador, diferentemente do leigo em filosofia, não aceita adotar uma mistura de crenças filosóficas incompatíveis, mas preza por um conjunto consistente de crenças filosóficas. Porém, diferentemente de um filósofo profissional, ele não é um “criador independente” em filosofia, e, por isso, ele “naturalmente busca orientação com os especialistas e profissionais do campo que ele encontra”.¹²

Ao ver um programa filosófico empirista e um programa racionalista como as únicas opções disponíveis, o amador ficaria em um beco sem saída, pois nenhuma dessas opções seria capaz de contemplar simultaneamente suas exigências empíricas e sua demanda por valores humanos. O sujeito do dilema teria que escolher entre “uma filosofia empírica que não é suficientemente religiosa, e uma filosofia religiosa que não é suficientemente empírica para seu propósito”.¹³ Por um lado, o programa empirista, aparentado com o materialismo e o positivismo, contempla as particularidades do mundo concreto, mas repudia crenças religiosas e pressupostos metafísicos. Por outro, o programa racionalista, vinculado a um idealismo, acolhe crenças religiosas e metafísicas, porém não se compromete com a adequação entre suas ideias e a realidade concreta.

Aparecendo como uma terceira via, o pragmatismo de James é proposto como uma filosofia capaz de “permanecer religioso como os racionalismos, mas ao mesmo tempo, como os empirismos, [...] preservar a mais rica intimidade com os fatos” (JAMES, 1907, p. 33). Na segunda conferência do *Pragmatism*, chamada *What Pragmatism means*, o pragmatismo é apresentado como um método para conduzir debates filosóficos. E, vinculada a esse método, é esboçada a concepção pragmatista/humanista de verdade, a qual constitui o principal objeto deste trabalho.

¹⁰ Cf. JAMES, 1907, p. 9.

¹¹ Cf. JAMES, 1907, p. 14.

¹² Cf. JAMES, 1907, p. 15.

¹³ Cf. JAMES, 1907, p. 15.

Uma vez que a abordagem empregada por James à noção de verdade se configura como uma instância (talvez a mais importante de todas) de aplicação do seu método pragmático à análise de conceitos, parece mais apropriado apresentar primeiro o método para mais adiante reconstruir adequadamente a concepção de verdade derivada dele.

1.2 - O método pragmático como solução do dilema

Se é aceito que o temperamento de cada indivíduo influencia fortemente a formação de suas crenças sobre o mundo, então o que se obtém é um cenário em que cada indivíduo descreve a realidade da maneira que melhor traduz a sua “maneira individual de ver e sentir a carga total e pressão do cosmos” (JAMES, 1907, p. 4). E se, em suas descrições, cada indivíduo utiliza apenas os conceitos que lhe parecem capturar tal caráter, poder-se-ia até cogitar a impossibilidade de comunicação entre indivíduos com temperamentos distintos.

Assim, seria preciso garantir a possibilidade de argumentação racional envolvendo esses conceitos. James entende que o dissenso originado por diferenças de temperamento cria uma dificuldade para a resolução de debates sobre questões filosóficas, como no caso da rivalidade entre empiristas e racionalistas. Conciliar os aspectos desejáveis de ambos os lados seria, portanto, uma tarefa difícil, já que os padrões e critérios defendidos por cada lado também são influenciados por determinada visão de mundo, a qual, por sua vez, é relativa a determinado tipo de temperamento humano.

A solução proposta por James apoia-se sobre algumas teses fundamentais. A primeira é seu realismo epistemológico, o qual ele afirma defender em seu artigo *The Pragmatist Account of Truth and its Misunderstandings*, publicado em seu compilado de artigos *The Meaning of Truth*.¹⁴ Trata-se da tese segundo a qual a existência de crenças verdadeiras depende de uma realidade externa ao sujeito. Outra tese fundamental do pragmatismo de James, que o vincula ao realismo do senso comum, é destacada por Hilary Putnam em seu artigo *James's Theory of Truth*. Trata-se da tese de que, por meio da percepção, o sujeito tem um contato direto com o mundo.¹⁵ A partir dessas teses, a realidade externa, na medida em que impõe as mesmas restrições para os diferentes sujeitos, possibilita que crenças sejam consideradas verdadeiras intersubjetivamente.

Assumidas essas premissas, está preparado o terreno para a solução oferecida pelo pragmatismo: restringir o significado de conceitos e afirmações (ou, na terminologia mais abrangente de James, “ideias”) a suas possíveis implicações detectáveis no domínio prático, onde

¹⁴ Cf. Cf. JAMES, 1909, p. 195.

¹⁵ Cf. PUTNAM, 1997, p. 174.

indivíduos dos mais diferentes temperamentos e com as mais diversas visões de mundo podem chegar a um consenso. James credits essa solução a Charles Sanders Peirce, reconhecendo-o como o fundador da filosofia pragmatista. Ao apresentar o que ele chama de “princípio do pragmatismo”, James pretende recuperar uma proposta filosófica apresentada por Peirce no artigo *How to make our ideas clear*, de 1878:

[...] Peirce, após salientar que nossas crenças são, realmente, regras de ação, dizia que, para desenvolver o significado de um pensamento, precisamos apenas determinar que conduta está apto a produzir: tal conduta é para nós o seu único significado. E o fato tangível na raiz de todas as nossas distinções de pensamento, embora sutil, é que não há nenhuma que seja tão fina a ponto de consistir em qualquer coisa senão numa diferença possível de prática. Para atingir uma clareza perfeita em nossos pensamentos sobre um objeto, então, precisamos apenas considerar quais os efeitos concebíveis de natureza prática que o objeto pode envolver - que sensações devemos esperar dele, e quais reações devemos preparar. Nossa concepção desses efeitos, sejam imediatos ou remotos, é, então, para nós, o todo de nossa concepção do objeto, na medida em que essa concepção tenha uma significância¹⁶ positiva (JAMES, 1907, p. 46-47).

A partir de sua interpretação de Peirce, James apresenta o pragmatismo como “[...] um método de resolver disputas metafísicas que de outro modo seriam intermináveis” (JAMES, 1907, p. 45). Ainda que James vincule o pragmatismo a uma “atitude empirista em filosofia” (JAMES, 1907, p. 51), o seu método permitiria a cada pessoa adotar elementos de diferentes concepções em vista apenas de seus efeitos práticos, sem adquirir os compromissos puramente teóricos que tornariam essas concepções incompatíveis. Desse modo, o pragmatismo não seria exatamente uma doutrina filosófica, uma vez que ele “[...] não visa quaisquer resultados em especial” (JAMES, 1907, p. 51), mas atuaria como uma máxima que prescreve certo tratamento para viabilizar uma investigação coletiva sobre o significado de ideias.

É possível distinguir duas operações indicadas pelo método pragmático no tratamento de disputas ou distinções conceituais. A primeira consiste na aplicação de um critério de relevância, expresso pela questão “que diferença faria para qualquer pessoa, em termos práticos, se esta noção em vez de aquela noção fosse verdadeira?” (JAMES, 1907, p. 45) Assim, as disputas cujos lados possuem diferentes implicações práticas concebíveis são separadas daquelas disputas em que não há diferenças práticas concebíveis. As últimas, reprovadas pelo critério, devem ser abandonadas sob a justificativa de que “[...] as alternativas significam praticamente a mesma coisa, e toda a disputa é vã” (JAMES, 1907, p. 45). As primeiras, cuja relevância é reconhecida pelo critério,

¹⁶ No texto original, *significance*, que pode ser entendido tanto como “relevância” como “a propriedade de significar”.

devem ser submetidas à segunda operação: um debate restrito aos efeitos práticos concebíveis que as disputas envolvem, em conformidade com a tese de que elas não “consistem em qualquer coisa senão numa possível diferença de prática” (JAMES, 1907, p. 47).

Esse procedimento, ainda que possa parecer apropriado para a esfera prática, na qual o que está em discussão é “como agir?” ou “qual a melhor decisão a ser tomada?”, pode ter seus méritos questionados quando aplicado no contexto de debates filosóficos e científicos em que se almeja descobrir a verdade. Afinal, também é possível defender que não há motivos para que sejam desprezadas distinções puramente teóricas, ou concepções inteiramente dissociadas da esfera prática. A princípio, essas distinções e concepções ainda poderiam ser verdadeiras, e ao descartá-las, correríamos assim o risco de abandonar crenças verdadeiras.

Para compreender como James lida com esse tipo de dificuldade, é necessário analisar a concepção pragmática de verdade elaborada na sua conferência “Pragmatism’s conception of truth”, a sexta do *Pragmatism*. O capítulo seguinte deste trabalho se dedica a realizar essa análise, em contraste com uma concepção tradicional de verdade.

Capítulo 2 – A noção de verdade de James

Uma compreensão adequada da concepção de verdade proposta por William James requer clareza sobre sua afinidade com as seguintes doutrinas filosóficas: nominalismo, positivismo e instrumentalismo.

Sua proximidade com o nominalismo significa que a verdade não é compreendida como uma entidade independente, mas como produto de uma generalização a partir de casos particulares em que uma ideia/afirmação/ sentença é considerada verdadeira. De fato, James está interessado em estabelecer o que faz com que crenças particulares sejam verdadeiras em ocasiões particulares, pois crê que em cada caso concreto ideias se tornam verdadeiras mediante um processo de verificação:

Esta tese é o que tenho para defender. A verdade de uma ideia não é uma propriedade estática inerente a ela. A verdade *acontece* a uma ideia. Ela *se torna* verdadeira, se *faz* verdadeira por eventos. Sua verdade *é* de fato um evento, um processo: nomeadamente o processo em que ela verifica a si própria, sua veri-*ficação*. Sua validade é o processo de sua valid-*ação* (JAMES, 1907, p. 201).

Desse modo, a verdade não é uma propriedade eterna e absoluta que se aplica atemporalmente a certo conjunto de crenças, mas uma generalização obtida a partir de crenças que passaram por um processo de verificação conduzido por algum sujeito em algum momento.

Sua associação ao positivismo está diretamente relacionada ao empirismo radical defendido por William James. Ao considerar que fatos, conceitos, relações mentais, crenças prévias e novas estão dentro do escopo da experiência, James se abstém de tentar transcender o domínio empírico, propondo-se a descrever a verdade a partir dos casos concretos em que crenças são consideradas verdadeiras. Com isso, a noção de verdade perde o caráter oculto atribuído a ela por uma concepção correspondencial tradicional e se torna acessível ao sujeito. Mais do que isso, ela não poderia existir de maneira independente dos sujeitos.

A atitude positivista de James se opõe a sistemas filosóficos que se isolam da influência do mundo concreto e a concepções puramente teóricas, para as quais não se pode estabelecer um uso prático. De fato, a sua concepção de verdade constitui uma instância da aplicação do método pragmático, que determina que conceitos sejam avaliados por suas possíveis consequências práticas. Dizer o que é a verdade é, portanto, tratar das consequências práticas que possuem as crenças consideradas verdadeiras. Assim, uma verdade inacessível ou puramente teórica seria

desprovida de sentido.

O aspecto instrumentalista da noção de verdade de James consiste em defender que as crenças consideradas verdadeiras serão aquelas que mostrarem como instrumentos mais eficazes para a ação, bem como abandonar a expectativa de que tais crenças descrevam a essência das coisas. James irá reconhecer que o mundo pode ser descrito de várias formas e com o uso de diferentes conceitos, e o fato de uma dessas formas ser considerada verdadeira não significaria que ela é a única descrição adequada do mundo, mas apenas que ela provou ter o maior valor instrumental tendo em vista aspectos particulares do sujeito, de modo que outra formulação poderia ser considerada verdadeira em outro contexto.

Pode-se dizer que James adota uma versão mais ampla do instrumentalismo científico, segundo a qual as melhores teorias são aquelas que atuam como os instrumentos mais úteis para explicar e prever fenômenos. Porém, James não se abstém de considerar que tais teorias devam ser tidas como verdadeiras, como fazem instrumentalistas mais estritos. Pois, pelo modo como ele entende a noção de verdade, o fato de uma crença (científica ou não) possuir essa utilidade instrumental é justamente o motivo pelo qual ela pode ser considerada verdadeira.

2.1 - Reconstrução da noção de James

De maneira geral, assim se contrapõem as visões tradicional e a pragmatista. De um ponto de vista tradicional, entendida estritamente como acordo entre linguagem/ideias e mundo, a verdade de uma afirmação – por exemplo, a de que dinossauros existiram –, depende apenas de estados de coisas no mundo. Ela é, nesse sentido, objetiva e não epistêmica, isto é, não depende de nossas crenças e de nossa capacidade de conhecer. Além disso, ela é estática, ou seja, não envolve processo.¹⁷ A busca pelo conhecimento exigiria a possibilidade de acesso epistêmico a ela, com padrões objetivos de justificação e racionalidade compatíveis à objetividade por ela guardada. Por outro lado, considerando a vida comum e a pesquisa científica, o pragmatismo de James não exclui a ideia da verdade como acordo, mas, em uma reinterpretação, procura retirar dela compromissos com o mundo *ele mesmo* e com uma linguagem capaz de capturá-lo.¹⁸ Adicionalmente, propõe que a verdade seja guiada por aspectos empíricos, sociais e individuais, que podem incluir, em cada caso, valores objetivos e subjetivos – o que configura uma marca epistêmica da verdade, ou seja, a sua dependência de interesses individuais e sociais, bem como seu vínculo estreito com formas de justificação de crenças. Assim, ao componente estático

¹⁷ Cf. JAMES, 1907, p. 200.

¹⁸ Cf. JAMES, 1907, p. 198.

vinculado à ideia da verdade como acordo com a realidade, James adiciona um aspecto dinâmico, um processo levado a cabo por interesses diversos, cuja ideia é capturada pela fórmula “A verdade *acontece* a uma ideia” (JAMES, 1907, p. 201).

Apesar de tantas discordâncias entre a concepção de James e a noção tradicional correspondencial de verdade, é possível vincular ambas à definição ampla de que a verdade é uma relação de acordo entre linguagem e realidade. Porém, as divergências aparecem no modo como são entendidos “acordo” e “realidade”. James argumenta que os defensores da concepção correspondencial não definem a relação de correspondência ou acordo de forma satisfatória, tratando-a como um tipo de cópia do mundo. Para ele, tal relação requer uma compreensão mais ampla, uma vez que ele entende que ela frequentemente consiste em adições humanas ao mundo as quais enriquecem o mundo em vez de meramente copiá-lo. A realidade à qual James se refere é em grande medida uma construção humana. As crenças prévias e o aparato conceitual de que um sujeito dispõe constituiriam um componente da realidade com a qual suas novas crenças devem corresponder.¹⁹ A outra parte seriam os fatos do mundo externo, a que ele teria acesso por meio dos sentidos. Assim, a relação de acordo consistiria em conciliar tão bem quanto possível os novos fatos que aparecem ao sujeito com a maneira pré-existente pela qual ele já compreende o mundo. Uma crença verdadeira seria, então, aquela que desse conta dos novos fatos alterando o mínimo possível a realidade à qual ele tem acesso.²⁰

James considera que esse processo de conciliação é de fato o que leva qualquer indivíduo a aceitar uma nova crença como verdadeira, e a partir disso conclui que é em tal processo que consiste a verdade. De fato, ele dirá que as razões pelas quais uma ideia é chamada de verdadeira são as razões pela qual ela é verdadeira.²¹ Enquanto a concepção correspondencial trata a verdade como uma noção puramente abstrata e não epistêmica, James extrai sua concepção dos casos concretos em que a verdade é reconhecida:

A verdade, para dizer muito brevemente, é apenas o expediente no sentido de nosso pensamento, assim como “o certo é apenas o expediente no sentido de nosso comportamento”. Expediente em quase todos os estilos; e expediente a longo prazo e no geral, é claro: pois o que atende de maneira expediente todas as experiências à vista não necessariamente corresponderá a todas as experiências futuras de maneira igualmente satisfatória. (JAMES, 1907, p. 222.)

¹⁹ Cf. JAMES, 1907, p. 212.

²⁰ Cf. JAMES, 1907, p. 61

²¹ Cf. JAMES, 1907, p. 64.

A verdade estaria dessa forma vinculada a uma utilidade ou satisfatoriedade. Mais especificamente, crenças são consideradas verdadeiras em grande medida por satisfazerem o objetivo cognitivo de explicar os fatos e por auxiliarem os indivíduos a lidar com o mundo, atuando assim como valiosos instrumentos. Porém, James ressalta que o fato de um indivíduo considerar que certa crença lhe traria satisfação caso fosse verdadeira não é suficiente para que ela seja realmente verdadeira. O aspecto objetivo da verdade predomina sobre os aspectos subjetivos, de modo que uma crença não poderia ser satisfatória ou útil no sentido proposto por James se não atendessem a requisitos objetivos. O corpo de verdades estabelecidas, as restrições causadas pelo mundo sensível e o rigor exigido pelas relações mentais exerceriam sobre o sujeito uma imensa pressão de natureza objetiva.²²

2.2 - Vantagens atribuídas por James à noção pragmatista

A concepção de James se diferencia da noção mais tradicional de verdade pelo fato de apresentar um critério de verdade. Segundo ele, “ideias verdadeiras são aquelas que podemos assimilar, validar, corroborar e verificar. Ideias falsas são aquelas que não podemos” (JAMES, 1907, p. 201). Assim serão verdadeiras as ideias que provarem seu valor ou sua utilidade para um sujeito. Fica evidente que a definição de verdade de James é ela própria o critério de verdade.

James ainda exalta sua concepção pragmatista por dar uma explicação adequada para o dever de falar a verdade, enquanto seus opositores afirmam tal dever, mas de maneira dogmática. Para ele a aquisição de crenças verdadeiras não é meramente uma tarefa que o intelecto impõe a si próprio, mas constitui um dever humano devido a razões práticas.²³ O valor de tais crenças residiria no fato de elas serem proveitosas para o homem, na medida em que possibilitam a previsão eventos futuros, ter uma visão estável do mundo e assegurar da melhor maneira possível sua autopreservação. Assim, “nossa obrigação de buscar a verdade é parte de nossa obrigação geral de fazer o que compensa” (JAMES, 1907, p. 230). Dessa forma, afirmar a verdade de uma crença constituiria um dever exatamente quando e na medida em que ela se mostra útil.

Do fato de que nem sempre uma crença é útil decorreria então que nem sempre ela se faz verdadeira, e isso marca uma grande diferença em relação à concepção tradicional de verdade como correspondência, segundo a qual a verdade é uma propriedade fixa. Para James, a verdade é relativa a limites de experiência, objetivos e preferências humanos. Isso significa que o acesso do sujeito a novas experiências pode tornar algumas crenças verdadeiras e outras falsas, assim

²² Cf. JAMES, 1907, p. 233

²³ Cf. JAMES, 1907, p. 202.

como diferentes demandas práticas podem levar à verificação de ideias que anteriormente não se mostraram úteis.

Até as mais antigas e fundamentais verdades teriam, segundo James, sido obtidas por meio do mesmo processo. Porém não experienciamos tal processo da forma como foi inicialmente conduzido, mas apenas herdamos os resultados alcançados por nossos antepassados ao longo do tempo. Isso significa que, apesar de James equivaler a verdade a processos de verificação, a maior parte das crenças verdadeiras de um indivíduo não teriam sido verificadas por sua experiência, mas constituiriam uma herança cultural baseada em relações sociais de confiança.

Disso não se seguiria, no entanto, que os indivíduos aceitam tais crenças de maneira acrítica. Essa aceitação estaria baseada em verificações indiretas. James diz que na maioria dos casos, verdades são obtidas por meio de um “sistema de créditos”.²⁴ Se uma nova crença é compatível com as crenças prévias do sujeito e também com suas experiências do mundo, é legítimo que ela seja considerada verdadeira simplesmente por isso, na medida que condiz com outras crenças que o sujeito verificou diretamente. Os processos diretos de verificação atuariam como uma base firme para esse sistema, de modo que, sem eles, “o tecido da verdade colapsaria” (JAMES, 1907, p. 208).

A promessa de uma verificação direta, em outras palavras, verificabilidade, funciona assim como um substituto para a verificação direta. Isso representaria um enorme ganho para o crescimento do conhecimento, já que os processos indiretos funcionariam da mesma forma e trariam as mesmas vantagens que os diretos, permitindo ao indivíduo ultrapassar o pequeno domínio das verdades que ele seria capaz de efetivamente verificar.²⁵

Uma característica do pragmatismo de James que amplamente influencia na sua noção de verdade é sua descrença na possibilidade de uma linguagem capturar a essência das coisas, ou mesmo a possibilidade de um conjunto consistente contendo todas as crenças verdadeiras. Trata-se de uma perspectiva pluralista, segundo a qual é possível falar verdadeiramente sobre o mesmo objeto de diversas maneiras, por meio de diferentes conceitos e padrões de avaliação, visando fins diversos. James destaca três registros do conhecimento: científico, filosófico e o do senso comum. Esses registros, frutos de um legado cultural milenar, apareceriam como formas distintas de compreender o mundo. Constatando que todos eles têm sido exaustivamente postos à prova ao longo da história e se mostrado muito bem sucedidos, James afirma “é impossível dizer que algum estágio enquanto ainda à vista é mais verdadeiro que o outro em termos absolutos” (JAMES, 1907, p. 188). Além disso, ele se compromete com a ideia de que cada tipo de conhecimento é o melhor

²⁴ Cf. JAMES, 1907, p. 207.

²⁵ Cf. JAMES, 1907, p. 209.

em seu domínio: “O senso comum é o melhor para uma esfera da vida, a ciência para outra, e a crítica filosófica para uma terceira; mas se algum deles é absolutamente mais verdadeiro, só os Céus o sabem” (JAMES, 1907, p. 190). Eles seriam, em vez de rivais, complementares para uma visão pluralista. Assim, abandonando o ideal de chegar a uma única forma correta de descrever o mundo, James se livra de uma atitude dogmática que se fecha para formas alternativas de discurso sobre a realidade.

Capítulo 3 – Desdobramentos da noção de verdade de James

Reconstruir a ideia de verdade em James não é tarefa simples. As diversas interpretações evidenciam isso. A origem do desacordo parece estar no conjunto de características que compõem a sua noção de verdade e no pressuposto assumido por seus intérpretes de que ela assume o caráter de uma teoria da verdade (KITCHER, 2012, p. 129). Críticos como Russell e simpatizantes como Rorty e Papini, segundo Putnam,²⁶ consideraram apenas o célebre *slogan* “*O verdadeiro é o nome de tudo que se prova bom em termos de crença*”. Russell entendeu que, segundo a concepção de James, verdade é o que dá satisfação em acreditar para mostrar que ela abarca um tipo de irracionalismo, enquanto Rorty e Papini entenderam que ela rejeitava a ideia de acordo com a realidade.

Putnam e Kitcher identificam corretamente que a reconstrução que enfatiza tal *slogan* é resultado de uma leitura descuidada. Afinal, James parece indicar que aquilo a que se atribui “verdadeiro” não implica que aspectos individuais ou valores subjetivos prevaleceram; além de a relevância prática de uma crença atender a demandas sociais é preciso considerar que James não abandona a ideia de verdade como acordo com a realidade, mas apenas a reinterpreta.

3.1 – Interpretações de Putnam, Rorty e Kitcher

A noção de verdade apresentada por James em sua obra *Pragmatism* recebeu duras críticas de filósofos que defendiam uma concepção correspondencial tradicional da verdade. Um dos pontos mais criticados foi a identificação da verdade com certo tipo de utilidade ou satisfatoriedade. Segundo alguns críticos, James aceitaria como verdadeira qualquer crença que algum indivíduo achasse conveniente, o que conduziria a um irracionalismo. Em sua obra posterior “The meaning of truth”, James argumentou que tais críticos deram sua própria interpretação do termo “utilidade” e o aplicaram à sua noção de verdade. De fato, a utilidade de uma crença seria, segundo James, antes de tudo determinada por fatores objetivos, ou seja, pela sua adequação ao mundo que o indivíduo acessa pela experiência. Assim, mesmo que uma nova crença satisfaça interesses e preferências pessoais do sujeito, ela não poderia ser verdadeira a menos que também fosse compatível com o seu mundo de experiência. Caso esse aspecto objetivo não fosse satisfeito, a crença não poderia ser considerada útil ou satisfatória do modo pretendido por James.

James entende que Bertrand Russell cometeu esse tipo de equívoco em suas críticas.

²⁶ Cf. PUTNAM, 1997, p. 166.

Russell teria interpretado “útil” ou “satisfatório” de sua própria maneira para então deduzir consequências para mostrar que a definição de James seria inconsistente e, portanto, indesejável. Tal equívoco estaria atrelado a outro, a saber, a suposição de que James se propunha a fornecer uma teoria da verdade, contendo condições necessárias e suficientes para que uma crença seja verdadeira. Philip Kitcher²⁷ reconhece o quanto a proposta de James seria problemática e insatisfatória se fosse interpretada dessa maneira, e reforça que sua intenção, em vez de rivalizar com a concepção correspondencial, era “compreender o que pode haver de correto nela” (KITCHER, 2012, p. 130).

Em vez de uma análise puramente lógica, que deriva consequências a fim de obter teoremas ou chegar a inconsistências, James defende que sua noção de verdade seja avaliada por aspectos práticos, como sua proximidade com casos concretos, sua capacidade de incluir diferentes formas de conhecimento e diferentes visões de mundo e sua qualidade promoverem o crescimento do conhecimento e a satisfação de demandas humanas.

Outro aspecto da concepção de James que sofreu crítica foi a sua relatividade a elementos humanos. Hilary Putnam, em seu artigo “James’s theory of truth”, ressalta que Peirce, ainda que reconheça que interesses humanos têm um papel decisivo para que se chegue à verdade, não admitia que fatores mais subjetivos como temperamento e predileções estéticas pessoais fossem determinantes nesse caso.

Putnam ainda enfatiza a teoria da percepção de James, marcada por seu empirismo radical, como algo essencial para a compreensão de sua noção de verdade. Ao estabelecer a ideia de uma percepção direta e tratar os conceitos como parte da experiência, James teria eliminado a barreira entre o sujeito e o objeto que se punha como impressões ou dados dos sentidos. Assim seria eliminada a distinção entre verdade e verdade aparente, ou entre aparência e realidade.

Philip Kitcher, em seu artigo “Pragmatism and realism: a modest proposal”, relaciona essa característica da noção de verdade de James com o debate entre realismo e antirrealismo quanto ao status cognitivo das teorias científicas bem-sucedidas. Kitcher (2012) defende que a proposta de James é compatível com um posicionamento realista, segundo o qual a verdade (ou a verdade aproximada) das teorias explicam seu êxito empírico. Ele se baseia na tese de que a concepção de James não equivale a verdade de crenças a um sucesso cultural, mas sim a um sucesso em se ajustar ao mundo:

²⁷ Cf. KITCHER, 2012, p. 129.

A ênfase de James no sucesso “a longo prazo e no todo” sinaliza o seu compromisso com a *melhoria* da crença, um reconhecimento das possibilidades de progredir em nosso conhecimento [...] Qualquer ideia desse tipo ficaria deteriorada se o sucesso cultural fosse aceito como suficiente para a verdade. Por que, então, o sucesso em se ajustar ao mundo é tão distinto e importante? A resposta [...] é que somos organismos num ambiente que é, pelo menos parcialmente, independente de nós, um ambiente que coloca desafios e raramente permite a realização automática dos nossos objetivos. Desenvolvemos formas de alcançar esses objetivos através da representação de aspectos desse ambiente, e o cerne da inferência realista do sucesso à verdade é a ideia de que algumas das nossas representações superam obstáculos que de outro modo frustrariam as nossas ambições. Mais exatamente: o sucesso em se ajustar ao mundo não pode ser tido como assegurado, mas é algo que deve ser explicado. (KITCHER, 2012, p. 135-136).

Richard Rorty, em seu artigo “Solidarity or objectivity”, interpreta a formulação da verdade de James, que identifica o verdadeiro com o bom, como base para uma concepção pela qual a verdade se desvincula inteiramente de uma relação de correspondência, restringindo-se à função de uma expressão de aprovação.²⁸ Rorty emprega o termo “pragmatista” para se referir a alguém que adere a tal concepção:

Em contrapartida, aqueles que desejam reduzir a objetividade à solidariedade – chamamos-lhes “pragmatistas” – não necessitam nem de uma metafísica nem de uma epistemologia. Eles veem a verdade como, nas palavras de William James, aquilo que é bom para nós acreditarmos. Portanto, eles não precisam de uma explicação de uma relação entre crenças e objetos chamada “correspondência”, nem de uma explicação das capacidades cognitivas humanas que assegure que a nossa espécie seja capaz de entrar nessa relação. (RORTY, 1991, p. 22)

Tal concepção, porém, diverge daquela que James defende, já que para ele crenças verdadeiras descrevem efetivamente uma realidade objetiva, de modo que afirmar a verdade de uma crença significa mais do que uma simples demonstração de aprovação. James não se encaixaria na descrição que Rorty faz de um pragmatista, pois mantém uma ideia de correspondência, e certamente vincula-se a uma epistemologia.

3.2 – Réplicas de James a críticos

Em “The Meaning of Truth”, James conclui a partir dos equívocos de interpretação de sua concepção pragmatista de verdade que, por supor uma maior familiaridade do público com suas

²⁸ Cf. RORTY, 1991, p. 23.

ideias, ele se expressou de maneira insuficientemente clara em sua obra “Pragmatism”.²⁹ Com o intuito de ter sua proposta compreendida com clareza, James lista oito mal-entendidos, esclarecendo-os um por um.

O primeiro deles é a ideia de que seu pragmatismo não se diferencia do positivismo. James argumenta que o positivismo adere à noção de uma verdade absoluta inacessível, contrastando-a com uma verdade relativa ou fenomênica com a qual os indivíduos devem se conformar.³⁰ O pragmatismo, por outro lado, divergiria quanto à definição de verdade. A definição pragmatista não reconheceria verdades inalcançáveis, nem investigaria a verdade de um modo puramente ideal. Mesmo a ideia de uma verdade absoluta seria definida como “a mais completa verdade concebível” (JAMES, 1909, p. 183), a qual não se refere a uma realidade distinta do domínio da experiência, mas ganha o título de “absoluta” justamente por ser a crença que melhor dá conta de tal domínio.

O segundo mal-entendido seria a crença de que o pragmatismo não é mais que um apelo para a ação. James afirma que, a partir do fato de que a concepção pragmatista se volta para como as ideias funcionam, seus críticos concluem que esse funcionamento se aplica apenas ao mundo físico.³¹ Porém, eles teriam ignorado que o pragmatismo trata primordialmente do funcionamento das ideias no mundo mental. Entendidas como “variáveis independentes” (JAMES, 1909, p. 185), as ideias do indivíduo constituiriam realidades que “redeterminam o existente de modo que a realidade, como um todo é incompletamente definível a menos que as ideias também sejam consideradas” (JAMES, 1909, p. 185-186). Assim, a influência das ideias sobre o mundo físico seria apenas uma consequência de sua capacidade de moldar a realidade no domínio mental.

O terceiro seria a afirmação de que a concepção de verdade do pragmatista o impede de crer nos sentimentos de outras pessoas. Ele se basearia na premissa pela qual a verdade de uma crença, para o pragmatista, consiste no modo como ela funciona para o sujeito que crê. A consequência extraída seria que, por essa concepção, um pragmatista não poderia crer genuinamente na verdade dos sentimentos de outros, mas se limitaria a reconhecer que tal crença funciona adequadamente para ele, assumindo-a apenas como postulado. James responde que crer apenas no postulado seria mais insatisfatório para o pragmatista do que genuinamente crer na existência do objeto postulado,³² de modo que ele consideraria que esta crença funciona melhor para ele do que aquela, e, por isso, a consideraria verdadeira.

O quarto seria a afirmação da impossibilidade de um pragmatista ser realista em sua

²⁹ Cf. JAMES, 1909, p. 180-181.

³⁰ Cf. JAMES, 1909, p. 182.

³¹ Cf. JAMES, 1909, p. 184.

³² Cf. JAMES, 1909, p. 188

epistemologia. Uma vez que o pragmatista defende que a “verdade de uma crença consiste em geral em dar satisfação” (JAMES, 1909, p. 190), seguir-se-ia que crenças falsas porem satisfatórias, seriam reconhecidas por ele como verdadeiras. Assim, sendo a satisfação uma propriedade subjetiva, a concepção de verdade pragmatista seria inteiramente interna ao sujeito e alheia a qualquer realidade externa a ele. James responde a essa acusação dizendo que seus críticos entenderam erroneamente que ele considerava o sentimento de satisfação como uma condição suficiente para a verdade.³³ De fato, satisfações só são indispensáveis para a obtenção da verdade na medida em que apontam para uma realidade externa. A satisfação a que James se refere teria então um sentido concreto, que expressa a consistência do aparato cognitivo do sujeito, envolvendo suas relações mentais e o corpo de suas crenças prévias. Porém, sem uma realidade externa estabelecida, nenhuma crença satisfatória poderia ser verdadeira. Com isso, não só o pragmatista poderia ser realista em sua epistemologia, mas tal postura seria exigida pelo quadro conceitual estabelecido por James.

O quinto se trata da afirmação de que, ao dizer que sua noção de verdade é a verdadeira, o pragmatista a contradiz, pois não admite a possibilidade de ela não funcionar satisfatoriamente para seus interlocutores.³⁴ Assim, o pragmatista inevitavelmente recorreria a uma noção de verdade distinta e contraditória com aquela que ele afirma defender. James dirá que a conduta do pragmatista não só é coerente, mas constitui um exemplo para a noção de verdade que ele defende.³⁵ Ele teria aderido à concepção pragmatista, justamente por considerá-la satisfatória, e ao chamá-la de verdadeira, o pragmatista simplesmente manifesta seu desejo de que seus interlocutores também a achem satisfatória.

O sexto é a afirmação de que o pragmatismo não explica o que é a verdade, mas apenas de que modo se chega a ela. A resposta de James é de que sua noção responde ambas as questões simultaneamente.³⁶ Segundo ele, no domínio concreto para o qual o pragmatismo se volta, descrever como se chega a um objeto é o mesmo que descrever algo sobre a natureza de tal objeto. Portanto, a satisfação proporcionada pelas conexões que a experiência estabelece entre uma ideia e uma realidade não seria apenas um critério para verdade, mas uma explicação de seu significado. James atribui essa divergência entre pragmatistas e anti-pragmatistas à incapacidade dos últimos de “entender como uma sentença concreta pode significar tanto, ou ser tão valiosa, quanto uma abstrata” (JAMES, 1909, p. 201). Enquanto o pragmatista, voltado para os casos concretos, recorre à abstração apenas como generalizações simplificadas que lhe permitem assimilar mais

³³ Cf. JAMES, 1909, p. 195.

³⁴ Cf. JAMES, 1909, p. 197-198.

³⁵ Cf. JAMES, 1909, p. 199.

³⁶ Cf. JAMES, 1909, p. 200.

fatos, economizando tempo, o anti-pragmatista a atribui às abstrações um grau de realidade mais elevado, compreendendo-as de forma apartada de suas instâncias particulares.

O sétimo consiste em afirmar que o pragmatismo ignora o interesse teórico. Esse mal-entendido teria sido causado por uma interpretação equivocada da ideia de que o significado de uma ideia consiste em suas consequências práticas.³⁷ O termo “prático” teria sido tomado como algo avesso ao teórico, voltado apenas para a ação, e com isso a expressão “consequências práticas” teria sido interpretada como vantagens mundanas ou lucro. James esclarece que, por “prático” ele se refere ao que é particular e não ao que é voltado para a ação.³⁸ Assim o interesse do pragmatista no aspecto teórico das ideias seria algo frequente, desde que elas tivessem consequências particulares, como no caso da inferência de fatos a partir de uma ideia, ou na substituição de uma crença antiga por uma nova que o contradiz.³⁹

O último mal-entendido seria a alegação de que, para o pragmatista, a verdade não elimina a distância entre o sujeito e o objeto que ele supostamente conhece, e, por isso, sua concepção o restringe a um solipsismo.⁴⁰ James associa essa interpretação a uma visão racionalista segundo a qual “para conhecer uma realidade, uma ideia deve sê-la ou possuí-la de alguma maneira indecifrável” (JAMES, 1909, p. 212-213). Sua resposta é a de que o único sentido de verdade identificável é o da condução ou apontamento de uma ideia na direção de um objeto. Assim não há motivo para exigir que uma concepção de verdade ultrapasse os limites do que é prático e verificável, mesmo que o sujeito nunca fique de posse da realidade, mas apenas entre em contato com ela pelo intermédio das crenças que ele verifica.⁴¹

³⁷ Cf. JAMES, 1909, p. 206-207.

³⁸ Cf. JAMES, 1909, p. 210.

³⁹ Cf. JAMES, 1909, p. 211.

⁴⁰ Cf. JAMES, 1909, p. 212.

⁴¹ Cf. JAMES, 1909, p.214.

Considerações finais

Pode-se considerar que o principal mérito da empreitada pragmatista de James foi o de exigir que o filósofo “preste contas” a respeito de suas ideias, conceitos e distinções, no sentido de mostrar sua conexão com o nosso mundo em oposição a um mundo meramente hipotético, criado artificialmente. Essa conexão está presente quando se busca responder a problemas filosóficos, porém pode se perder à medida que os filósofos, focados em proteger suas ideias, criam emendas e distinções adicionais que perdem de vista os problemas reais com que eles deveriam lidar.

Tendo em vista que James, em sua concepção de verdade, combate radicalmente esse tipo de desvio, ela pode ser vista um passo valioso no caminho da aproximação entre as abstrações filosóficas e os problemas vivenciados pelo não-filósofo. Para esse propósito, são fundamentais, o caráter humanista e pluralista pelo qual James concebe a verdade. O abandono da crença segundo a qual há uma única formulação capaz de capturar o mundo em sua essência pode ser visto como uma forma de combater o dogmatismo e as soluções ad hoc, uma vez que quem está convicto de que descreve essencialmente o mundo tende a ser mais dogmático com suas ideias do que aquele que assume desde o início que suas ideias são fórmulas humanas, criadas para descrever uma realidade parcialmente criada pelo ser humano.

A relatividade da verdade a limites de experiência humanos contempla com mais precisão o uso mais cotidiano do termo “verdade”. De fato, as pessoas precisam se pronunciar quanto a verdade de diversas crenças diariamente, recorrendo apenas ao conhecimento de que dispõem. Nesse sentido, conceber a verdade como uma propriedade obscura e não verificável tornaria muito mais difícil seu uso em diversas situações cotidianas, como, por exemplo, um julgamento no qual se deve deliberar sobre a verdade ou a falsidade do depoimento do réu e das testemunhas.

Em contrapartida, tal relatividade torna a concepção de James um tanto confusa, especialmente no âmbito lógico. Essa talvez seja razão principal pela qual ela não conseguiu muitos adeptos. A volatilidade do valor de verdade de uma afirmação de acordo com a ampliação dos limites de experiência parece exigir uma lógica própria que James não explicita. Especialmente no tratamento de crenças sobre o passado, por exemplo, a de que Homero existiu. O fato de que descobertas futuras poderiam tornar essa crença falsa e, posteriormente, torná-la verdadeira constituiria uma dificuldade para a aceitação da concepção de James, como observa Putnam.⁴²

⁴² Cf. PUTNAM, 1997, p. 182.

Outra dificuldade consistiria na possibilidade de a noção de James considerar verdadeiras crenças a respeito de fatos que não ocorreram, como em casos em que uma pessoa deliberadamente mente para outras sobre um fato, às quais passam a crer na mentira. Assim, sendo tal crença coerente com os limites de experiência de todos, com exceção daquela que mentiu, a verdade de tal crença poderia tornar-se um consenso. Parece que James, ao tentar descrever como o homem comum obtém a verdade, supôs um ser humano perfeitamente transparente, o qual sempre compartilha suas experiências com sinceridade. A suposição de que sempre prevalecem finalmente as crenças que correspondem ao mundo parece depender dessa fé um tanto ingênua.

Essas complicações, no entanto, não implicam que a noção tradicional de verdade como correspondência se ponha como uma melhor opção, já que ela também é problemática de várias formas, como James se esforçou em mostrar. Assim, põe-se a questão: como pode se dar a escolha entre essas concepções, ou mesmo quaisquer concepções rivais da verdade?

Tendo em vista que, enquanto a concepção correspondencial tradicional parece ser defendida por seus adeptos devido à sua estabilidade e seu rigor, as principais justificativas dadas por James para defender sua concepção são a de uma maior adequação ao modo como o senso comum concebe a verdade, e uma maior utilidade para as necessidades e interesses humanos, sejam estes na vida comum ou na vida intelectual (científica ou filosófica), é possível defender que, além de uma divergência semântica entre ambos os lados, há uma discordância quanto aos critérios que devem ser utilizados para selecionar uma concepção de verdade.

Nesse contexto, caberia perguntar: Poderia haver algum critério adequado para a decisão por uma concepção de verdade? É possível que essa decisão seja racional? Quais seriam as consequências práticas da aceitação de uma ou outra concepção? Essas consequências poderiam atuar como um critério racional de decisão? É razoável exigir de uma concepção de verdade que ela se aplique a todos os contextos em que se busca a verdade, desde a filosofia até problemas cotidianos, como faz James? E, para conferir o quanto uma concepção atende a tal exigência, seria suficiente analisar seus aspectos gerais? Ou seria preciso que ela fosse posta a prova em diferentes situações particulares?

Certamente uma investigação voltada para responder a essas questões seria de grande valor para a compreensão do que está em jogo quando se pretende convencer outros sobre o significado da palavra “verdade”.

Referências

JAMES, W. *Pragmatism: a New Name for some Old Ways of Thinking: Popular Lectures on Philosophy*. 1. ed. Nova York: Longmans, Green and company, 1907.

JAMES, W. *The meaning of truth: a sequel to Pragmatism*. 1. ed. Nova York: Longmans, Green and company, 1909.

KITCHER, P. Pragmatism and realism: a modest proposal. In: KITCHER, P. *Preludes to pragmatism: toward a reconstruction of philosophy*. Nova York: Oxford University Press, 2012. p. 128-144.

PUTNAM, H. James's theory of truth. In: PUTNAM, H. PUTNAM, R. A. (Ed.). *The Cambridge Companion to William James*. Wellesley: Cambridge University Press, 1997. p. 166 - 185.

RORTY, R. Solidarity or objectivity? In: RORTY, R. *Objectivity, relativism, and truth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 21-34.

RUSSELL, Bertrand. William James's conception of truth. In: RUSSELL, Bertrand. *Philosophical essays*. 1. ed. Londres: Longmans, Green and co, 1910. p. 127-149.